HVMANITAS

[Recensão a] Platão - A república

Autor(es): Azevedo, Maria Teresa Schiappa de
Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos
URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/23275>
DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_62_48
Accessed : 26-Apr-2023 00:31:08

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

humanitas

Vol. LXII
2010

da literatura, os filólogos e historiadores da língua, os arqueólogos, os antropólogos e etnólogos, bem como os historiadores da Idade Média. Da leitura do volume, ficou-nos bem patente a imagem de uma região e de gentes cujas características, em termos de usos e de costumes, podem ainda ser vislumbradas em determinados extractos da vivência portuguesa rural actual, no que constitui um delicioso reencontro com a mesma identidade, que ainda pulsa e nos forma enquanto povo.

PAULA BARATA DIAS

PLATÃO, *A República*. Tradução, introdução e notas de Eleazar Magalhães Teixeira. Fortaleza, Edições UFC, 2009, p. 371 + LVIV.

A tradução de um texto como a *República* é sempre uma iniciativa a destacar, particularmente quando tem a chancela de uma instituição de prestígio, como a Universidade Federal do Ceará, a que o seu tradutor, Eleazar Magalhães Teixeira, está vinculado. Acresce que a *República* não constitui apenas uma obra incontornável para o conhecimento da filosofia platónica e das doutrinas do chamado período da maturidade, em especial a Teoria das Ideias ou Formas e a defesa da imortalidade da alma. O seu sincretismo temático e o conteúdo pioneiro, embora polémico, de várias reflexões ou inovações – assim, o pressuposto da igualdade entre homens e mulheres, no que toca à educação e à governação, a criação de um sistema comunitário de vida e bens, pelo menos para a classe dos guardiães, ou a rejeição da poesia em função de conceitos éticos e ontológicos - projectam-na hoje em áreas claramente autónomas como a psicologia, a antropologia, a educação, a teoria política ou a teoria literária.

Deste cruzamento de perspectivas, realçado desde logo no prefácio à obra (p. XIII), nos dá conta a pormenorizada análise das linhas argumentativas que a Introdução condensa, com exemplar clareza e sensibilidade pedagógica. O A. reparte-a em rubricas temáticas que acompanham, sem rigidez, a sequência dos livros, precisando algumas relações estruturais importantes: entre justiça e educação, entre os fundamentos da Cidade utópica e a Ideia do Bem (“espécie de bússola que deve orientar cada ação ou empresa humana”, p. XL), entre a educação superior dos guardiães e o mundo das Ideias ou Formas, ou entre realidade e aparência - antinomia que, embora concentre o seu peso metafísico na alegoria da Caverna ou

no livro X, percorre de facto todo o diálogo. De interesse para esta visão da sequência argumentativa são as referências relativas a termos chave da linguagem ontológica de Platão, como *mimesis*, *logos*, *episteme* (que preferiríamos ver traduzido por “conhecimento” em vez de “ciência”, p. XXXVII, *passim*), *doxa* ou *to on*, que as anotações ao texto complementam (em particular as que acompanham os passos referidos). Especialmente pertinentes são as considerações sobre a *mimesis* “imitação”, geralmente conotada com valores negativos, a partir da rejeição da poesia (sobretudo no livro X), mas que efectivamente conta, mesmo na *República*, como factor imprescindível no processo formativo do indivíduo e da aquisição/assimilação ao Bem (vide pp. XXVI-XXVII) – aspecto que as *Leis* irão retomar e amplificar.

A versão do texto grego testemunha o mesmo cuidado de rigor linguístico e clareza conceptual, com uma variedade lexical sugestiva que compensa alguns passos mais áridos ou obscuros, decorrentes do original (em 479d3 optaria, aliás, pela não manutenção do anacoluto, eliminando o *que* a seguir a *examinemos*). Sem prejuízo disso, algumas soluções de pormenor afiguram-se-nos menos felizes. Em 470c (p. 180), a tradução de “parenta” (subst.) para *syngenes* (adj.) “aparentado”, “com a mesma origem” é desnecessariamente forçada; pouco mais adiante, *trophos* “que alimenta”, “ama”, faz parte de um *tropos* retórico da linguagem da autoctonia, que deve ser mantido (cf. *Menéxeno*, 237c): “pilhar a sua ama e mãe”, i. e., a terra grega (o passo 414c, que aliás mantém a associação, deve ser também revisto a esta luz: “é preciso que decidam da terra em que habitam como de uma mãe ou ama...”); ainda, em 469a (p. 178), a tradução de *daimones* (*hagnoi*) por “(puros) espíritos” cria problemas de anacronismo e ambiguidade linguística, não menores do que a sua equivalência etimológica a “demônios” em 540c (p. 263), onde o sentido é claramente o de “divindades”, opostas aos “seres divinos e terrestres” (uma distinção porventura paralela à de “santos” e “beatos” na terminologia cristã). Assinalemos, de passagem, que teria sido mais funcional inserir a nota relativa a *daimones* a propósito do sinal “demónico” (divino) de Sócrates, cuja tradução, sem mais, por “demônio” cria confusão no leitor desprevenido (496c, cf. p. 209, n. 18).

No que concerne à terminologia filosófica, a tradução de *eidos* por “ideia”, em 505e, em vez de “forma”, como nas ocorrências anteriores, levanta outra ordem de problemas, não obstante o esclarecimento da nota respectiva (p. 221). É, obviamente, uma tradução legítima (de resto, adoptada por M. H. Rocha Pereira, que o autor conhece e cita), mas o

risco de ambiguidade com o uso trivial do termo torna-se patente no texto apresentado: pouco antes (504e) ocorre o termo “ideia” na sua acepção comum, a traduzir pertinentemente *dianoema* e, em 560c, *logoi*. A optar pela equivalência de *eidos* a “ideia”, será preferível então eliminar o recurso ao seu uso genérico (isto é, não ontológico), a fim de evitar confusões de ordem conceptual que, neste caso, o original não levanta¹⁹.

Uma nota, por último, respeitante à bibliografia. Sem prejuízo do objectivo primeiro de compreender e enquadrar o texto na sua dimensão filosófica e cultural, seria desejável que alguns trabalhos mais recentes tivessem sido contemplados. Referimo-nos, entre outros, à edição crítica de S. R. Slings (*Platonis Respublica*, Oxford 2003) e a duas obras expressamente dedicadas ao diálogo: J. Annas, *An Introduction to Plato's Republic* (Oxford 1981) e G. Ferrari (ed.), *The Cambridge Companion to Plato's Republic* (Cambridge 2007).

Estes reparos pontuais não empenam a qualidade da presente versão e do seu estudo introdutório, cujo contributo para os estudos platónicos, no universo de leitores de língua portuguesa, desejamos aqui saudar.

MARIA TERESA SCHIAPPA DE AZEVEDO

PLINIO II Giovane, *Lettere scelte*, con commento archeologico di K. Lehmann –Hartleben, introduzione di Paul Zanker, aggiornamento bibliografico a cura di Anna Anguissola. Pisa, Edizioni della Normale, 2007, xxviii + xiv + 76 pp.; ISBN 978-88-7642-197-6.

Trata-se da reedição da antologia de 35 cartas de Plínio o Moço organizada e comentada por K. Lehmann –Hartleben com mestria invulgar e originalmente publicada em Firenze, G. C. Sansoni, 1936.

¹⁹ Um exemplo bem ilustrativo da ambiguidade entre *ideia* na acepção comum, e *ideia* como equivalente ao *eidos* platónico pode ver-se nos comentários críticos de Pessoa, vários deles respeitantes à *República*, insertos nos *Textos filosóficos* I (ed. de A. de Pina Coelho, Lisboa s/d). O conhecimento, que efectivamente Pessoa possuía, de serem as Ideias realidades *de facto*, com existência à parte das coisas sensíveis, não impede equívocos como este: “Dizer que as ideias e as coisas são reais, umas mais do que as outras, é evidentemente mau juízo, não só porque o mundo *nos surge por ideias* mas também porque a realidade não tem graus ... “(p. 88, sublinhado nosso).